



**REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE**

**DISCURSO DE  
SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO  
KAY RALA XANANA GUSMÃO  
POR OCASIÃO DA SESSÃO DE ABERTURA DA  
REUNIÃO DE TIMOR-LESTE COM OS  
PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO  
2-4 DE ABRIL DE 2009**

**Díli**

**03 de Abril de 2009**

Sua Excelência Sr. Presidente da República,  
Sua Excelência Representante Especial do Secretário-Geral da ONU  
Sua Excelência Director Nacional do Banco Mundial  
Suas Excelências Distintos Deputados  
Suas Excelências Senhores Membros dos Governo, caros colegas  
Suas Excelências Senhores Membros do Corpo Diplomático  
Distintos Representantes das Agências Internacionais  
Distintos Representantes das ONG's  
Distintos Delegados  
Membros da Imprensa  
Senhoras e Senhores,

Quero, em primeiro lugar, saudar todos os presentes e agradecer a vossa participação nesta reunião, especialmente àqueles que vieram de fora, para analisar os desafios e as prioridades de Timor-Leste.

É para nós uma honra e um privilégio, receber os nossos caros amigos em Díli, representantes de países, agências e organizações, de várias partes do mundo.

Espero que tenham uma boa estadia no nosso País e que de regresso aos vossos países levem não só boas memórias do nosso clima, hospitalidade e belezas naturais, mas também a mensagem de que, hoje, é seguro passear pelas ruas da nossa cidade e que isso se deve também a todos vós.

Senhoras e senhores,

Celebramos este ano o 10º aniversário sobre a corajosa tomada de decisão do nosso Povo que, a 30 de Agosto, com um prego na mão, registou o seu voto a favor da Independência Nacional, renunciando a toda e qualquer submissão e ocupação estrangeira.

Foi também há dez anos que teve lugar a primeira conferência de doadores, no Japão, e onde a comunidade internacional, generosamente, se dispôs a apoiar a reconstrução e o desenvolvimento da nossa jovem e frágil Nação.

Dez anos passados sobre tanta expectativa, mas também receio, daquilo que viríamos a ser enquanto Nação, assinalamos agora um novo marco para o futuro, dizendo: **Adeus Conflito, Bem-vindo Desenvolvimento!**

As condições estão finalmente reunidas para que isto aconteça!

Aprendemos com os nossos próprios erros e com os ciclos de instabilidade que, de 2 em 2 anos, foram ressurgindo no nosso País: o motim a 4 de Dezembro de 2002; o incidente em Lospalos em 2004; a malograda crise de 2006; e os atentados em 2008, que impediram que o nosso Presidente da República participasse na Reunião dos Parceiros de Desenvolvimento do ano passado.

A análise destes ciclos, e das suas consequências, fez com que nos reorganizássemos, de forma mais coordenada e consensual, e procurássemos o modelo certo para Timor-Leste, revendo as nossas políticas nacionais.

Senhoras e Senhores,

Passou apenas um ano desde que nos reunimos neste mesmo espaço. Nessa altura, todos nós estávamos ainda bastante abalados com o duro golpe perpetrado contra a nossa jovem democracia e havia a preocupação de que Timor-Leste, ao contrário de todas as expectativas, estivesse condenado a tornar-se num “Estado falhado”.

Felizmente estamos aqui hoje para provar que não. Fragilidade e falhanço não são a mesma coisa!

Um Estado frágil como o nosso, mas que tem um Governo empenhado e a trabalhar arduamente, que beneficia da determinação e lucidez que o nosso Presidente da República imprime à sua liderança, e que conta com o espírito de colaboração institucional de todos os Órgãos de Soberania e do empenho de todos os quadrantes políticos e sociais nas questões mais fundamentais da nossa soberania, pode surpreender.

E os resultados estão à vista, mesmo no mais improvável dos contextos, a nossa economia cresceu em vez de se contrair. O movimento nas ruas, no comércio, nas praias – em Díli e nos distritos – a que assistimos hoje, parecia impossível há um ano atrás.

Senhoras e senhores,

O reingresso de todos os peticionários à vida civil e o encerramento de 51 campos de deslocados internos, problemas que alguns estimaram que levaria muitos mais anos a resolver, foram pacificamente solucionados em cerca de um ano, devolvendo a confiança da população no carácter coeso e pacífico da sociedade timorense.

A introdução de reformas profundas no sector da defesa e da segurança e a reaproximação das duas Instituições fundamentais para a segurança e estabilidade nacional, refiro-me à PNTL e F-FD'TL, permitiram iniciar uma nova etapa na história da relação entre estas duas Forças, que até aqui actuavam em modelos desajustados da realidade timorense.

O alívio imediato da pobreza que providenciámos aos idosos, órfãos, combatentes e heróis nacionais, mães e mulheres que viviam em condições precárias, mais do que uma questão de justiça social foi considerada uma questão de dignidade nacional.

O uso de recursos públicos em função de políticas dirigidas aos mais pobres e as reformas administrativas, legislativas e financeiras, que o Governo da AMP imprimiu na sua governação, devolveram a confiança da população nas Instituições do Estado.

Por outro lado, o aumento do investimento do sector público que tem vindo a financiar novas construções, melhorias nos serviços públicos e programas de transferências públicas, aumentaram o poder de compra da população e beneficiaram, ainda que timidamente, o sector privado.

Todos estes aspectos contribuem, em muito, para a estabilidade nacional.

**O nosso País vive agora um clima de Paz e de Segurança como ainda não tinha conhecido durante os dez anos que passaram sobre o Referendo.**

Senhoras e senhores,

Ao longo destes anos, temos vindo a investir na consolidação da nossa democracia e, com a ajuda dos nossos Parceiros de Desenvolvimento, temos vindo a desenvolver as nossas instituições, segundo os princípios de um Estado de Direito, assegurando as garantias e equilíbrios entre os Órgãos de Soberania e a sua cooperação institucional.

Temos vindo ainda a promover uma sociedade culturalmente democrática com lugar para o pluralismo de ideias e para o diálogo, porque sabemos que a democracia é o alicerce de um Governo estável e transparente.

Neste sentido, o Governo iniciou a reforma do sector público e o combate à corrupção, desenvolvendo o quadro regulador para a criação da Comissão da Função Pública e para a criação da Comissão Anti-Corrupção.

Desenvolvemos e implementámos, também, mecanismos para permitir uma maior eficiência, responsabilidade e transparência na gestão dos dinheiros públicos de Timor-Leste e na gestão dos dinheiros públicos doados pelos vossos países.

**Ao defender os processos democráticos no nosso País, estamos a defender a paz e a promover a estabilidade política, condições fundamentais para impulsionar o crescimento económico.**

Distintos delegados  
Senhoras e Senhores,

Referi o ano passado, nesta mesma reunião com os Parceiros, que estávamos a desenvolver esforços para melhorar a capacidade de execução orçamental e consequimos!

Executámos em dinheiro um montante de 552.8 milhões de dólares, **um progresso histórico no nosso País** e que contribuiu para um crescimento económico de 12% em 2008.

As bases estão assim lançadas para Timor-Leste dar um salto qualitativo para receber uma nova fase, a fase do desenvolvimento sustentável e, claro, contamos, mais uma vez, com os nossos Parceiros para dar este “salto”.

O período que atravessamos de estabilidade social e política, associado às reformas que estamos a implementar para corrigir sistemas ineficientes, que felizmente ainda não estão totalmente enraizados na nossa sociedade, constitui-se como uma oportunidade para tornar a Ajuda Internacional mais eficaz e retirar o máximo de dividendos da solidariedade prestada pelos países amigos.

Senhoras e senhores,

Apesar de toda a ajuda internacional que tem vindo a ser canalizada para o nosso País nos últimos dez anos, o recente relatório do Banco Mundial demonstrou que 500 mil timorenses vivem abaixo do limiar da pobreza, sendo que destes, metade são crianças, sofrendo de fome e má nutrição.

Estes dados são constrangedores! Este relatório diz-nos que estamos mais pobres do que estávamos à 5 anos atrás. **Até 2007 a pobreza aumentou em vez de diminuir!**

As cíclicas situações de instabilidade, a falta de aplicação de medidas concretas para o desenvolvimento económico e a falta de visão para usar estrategicamente os nossos recursos naturais em oportunidades de investimento são, muito provavelmente, as causas deste flagelo que é a pobreza.

Senhoras e senhores,

O primeiro obstáculo ao desenvolvimento já foi removido. Não podemos implementar uma política económica eficaz sem, em primeiro lugar, neutralizar os factores de instabilidade que dão origem aos conflitos internos.

Agora é tempo de falar no futuro. O futuro de Timor-Leste começou há 10 anos atrás. **Um futuro melhor para a nossa Nação começa hoje, ao afastarmos-nos irreversivelmente do conflito e ao acolhermos o desenvolvimento.**

Distintos delegados

Caríssimos amigos,

As prioridades nacionais estabelecidas pelo Governo para 2009 têm como objectivo combater a situação de pobreza e reduzir a distância que nos separa de concretizar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio em Timor-Leste.

Defendemos por isso, e mais do que nunca, que os fundos reunidos para assistir Timor-Leste pelos Parceiros de Desenvolvimento se traduzam em projectos mais direccionados e produtivos, constituindo-se em verdadeiros instrumentos de desenvolvimento.

Como é que, trabalhando em conjunto, podemos fazer melhor?

Reconhecendo, em primeiro lugar, a mútua responsabilidade em gerir a assistência internacional de forma coerente, coordenada e complementar.

Admitindo, em segundo lugar, que os desafios que temos pela frente são bastante exigentes e que a nossa debilidade devido à inexistência de infra-estruturas básicas e de recursos humanos preparados para acompanhar o processo de desenvolvimento sustentável, não se resolverão de um dia para o outro e, por isso, requerem perseverança e compromissos de médio e longo-prazo.

Aceitando, por último, que o desenvolvimento de Timor-Leste tem que respeitar o consenso timorense, considerando os passos e os tempos necessários à nossa realidade e que, apesar de o leque de prioridades ser tão alargado no nosso País, fazer de tudo uma prioridade é não ter prioridades!

Senhoras e senhores,

Assim as prioridades para 2009 assentam na nossa estratégia nacional de acelerar o progresso em duas frentes. A primeira é reforçar os esforços já em curso de mais e melhor **segurança**, melhores sistemas de **protecção social** e de **serviços sociais**, nomeadamente na área da saúde, e continuar a desenvolver os mecanismos para a **boa governação**, elementos essenciais à estabilidade nacional.

A segunda, é acelerar o passo a caminho do Timor-Leste descrito na Visão 2020, um País com **recursos humanos desenvolvidos**, com acesso à **justiça**, que investe no **desenvolvimento rural**, identificando e removendo barreiras infraestruturais que condicionem o crescimento e promovendo a participação do sector privado e que, investe ainda na **agricultura** de forma a garantir a **segurança alimentar**, diminuindo a incerteza quanto à fome e diminuindo a dependência externa sobre produtos alimentares.

Estas sete prioridades nacionais serão suportadas pela **tomada de decisões cruciais para o desenvolvimento de infra-estruturas**, transversais a todos os sectores mencionados.

O desenvolvimento das infra-estruturas é crucial para permitir o desenvolvimento sustentável do nosso País. Se melhores serviços prestados de água, saneamento e electricidade contribuem para o bem-estar da população, outras ainda, como as estradas, pontes, portos, aeroportos e telecomunicações, condicionam o desenvolvimento rural e o sector privado.

O desenvolvimento das infra-estruturas é a chave para a criação de emprego mas, não menos importante, é a chave para o acesso: ao conhecimento, aos mercados, aos produtos, aos negócios. Numa palavra, ao progresso!

O projecto de produção e distribuição de electricidade para todo o País, financiado pelo nosso Orçamento de Estado, para permitir que a curto-prazo todos os distritos tenham electricidade, 24 horas por dia, é já um primeiro passo no sentido de impulsionar o

desenvolvimento dos outros sectores e faz parte de uma estratégia alargada para a implementação de projectos estruturantes integrados num plano nacional.

Senhoras e senhores,

Estes desafios não são desafios que se ultrapassem através de um plano anual de prioridades. O planeamento estratégico nacional é um exercício de médio e longo prazo que define as prioridades e estratégias, articulando os vários sectores e cenários macroeconómicos e equacionando os recursos financeiros disponíveis.

O estabelecimento de uma Unidade de Planeamento Estratégico, exclusivamente dedicada a estas questões, e que vai chamando a participar no processo de desenvolvimento do Plano os actores nacionais competentes para a definição de objectivos e metas sectoriais específicas e também estratégias de implementação, é o modelo mais adequado para faseadamente alcançar a “Nossa Visão Nacional”.

O desafio do desenvolvimento não está em identificar aquilo que o País precisa para se desenvolver mas, sim, em identificar o que fazer primeiro e calcular o custo-benefício de cada uma das prioridades definidas.

Sabemos, por exemplo, que precisamos de melhorar as nossas redes rodoviárias e portuárias, porque sem estas não há acesso aos mercados e ao escoamento dos produtos, hipotecando também o incremento da agricultura.

Assim, a tomada de decisão onde as estradas e os portos deverão ser colocados, as suas dimensões, e que sector de desenvolvimento está a privilegiar quando escolhermos o local  $x$  em vez do local  $y$ , é o verdadeiro desafio com que nos deparamos.

O Plano de Desenvolvimento Estratégico irá retirar de todas estas variantes os elementos necessários para decidir estrategicamente a construção de infra-estruturas básicas que assegurarão o desenvolvimento de sectores com a agricultura, a indústria e o turismo, em todo o território, sectores que apresentam maiores oportunidades de crescimento económico.

Este plano irá ser apresentado em Conselho de Ministros durante o próximo mês de Julho e será objecto de consulta pública alargada antes de ser submetido à aprovação do Parlamento Nacional. A participação de todos os timorenses neste projecto nacional é, portanto, indispensável para o seu sucesso.

Senhoras e senhores,

A melhoria da capacidade dos nossos recursos humanos é fundamental para acompanhar este processo de desenvolvimento. O Governo quer investir mais fortemente no acesso ao conhecimento e na formação técnico-profissional em áreas-chave como a agricultura, saúde, turismo, hotelaria, infra-estruturas e construção.

Estamos também a implementar a Lei de Bases da Educação e iniciámos o processo de acreditação do ensino superior para garantir que a qualidade de ensino obedece aos parâmetros internacionais. A formação e a educação dos nossos jovens são a solução para o futuro, na medida em que sectores tão importantes como é, por exemplo, o caso da Justiça e da Saúde, dependem fortemente destes recursos.

Não querendo desvalorizar a importância da assistência técnica no nosso País, a realidade actual é que os nossos recursos humanos, na maioria das vezes, não têm ainda a capacidade para absorver os conhecimentos trazidos pelos assessores internacionais e, assim, corremos o risco de perpetuar esta dependência nos recursos humanos estrangeiros em vez de aproveitar as oportunidades de aprendizagem que deveriam ser complementares.

Lanço por isso o repto aos nossos Parceiros de Desenvolvimento no sentido de canalizarem o vosso investimento para a concretização deste objectivo, nomeadamente através da atribuição de bolsas de estudo nos vossos países, confiante que, depois, o apoio em assistência técnica será muito mais efectivo.

Senhoras e senhores,

A crise financeira internacional alerta-nos para a prudência e rigor no estabelecimento da nossa estrutura fiscal, sobretudo tendo em conta a recente queda nos preços do petróleo, mas não tem vindo a exercer impactos negativos na nossa economia.

O orçamento para 2009 foi calculado, como sempre, segundo pressupostos prudentes e reflectindo as melhores práticas internacionais, cientes que a nossa riqueza não é ilimitada mas que, bem utilizada, poderá impulsionar a reprodução de outros sectores sustentáveis.

Neste contexto da crise global financeira é, para nós timorenses, um imperativo moral utilizar as generosas doações da comunidade internacional de forma responsável e sistemática na redução de pobreza no nosso País.

Cada dólar gasto em Timor-Leste é também precioso para as vossas economias e para aliviar esta fase de incerteza e angústia que os contribuintes dos vossos países estão a viver, e, por isso, não posso deixar de reiterar o meu agradecimento aos nossos Parceiros de Desenvolvimento, que mesmo neste momento de crise global não abandonaram a nossa causa de desenvolvimento nacional.

Senhoras e senhores,

Estamos empenhados em encerrar o capítulo da história de Timor-Leste, onde este aparece conotado como um País demasiado frágil e em situação de pós-conflito.

**Queremos iniciar agora um novo capítulo, capitalizando a coragem e a determinação do nosso Povo, para colocar Timor-Leste no caminho seguro do desenvolvimento, o caminho que escolhemos há dez anos atrás.**

E observo que não caminhamos sozinhos!

Por isso, os nossos sucessos são também os vossos sucessos e poderemos, trabalhando em conjunto, fazer ecoar para a próxima década o novo caso de sucesso: **“Timor-Leste, com o apoio da comunidade internacional, conseguiu libertar-se da pobreza!”**

Muito obrigado.

Kay Rala Xanana Gusmão

3 de Abril de 2009